

A função retórica contemporânea – A razoabilidade do discurso patémico

Regina Marques*

Resumo: Veremos neste artigo a retórica como uma nervura da civilização que ao longo dos tempos e em todos os modelos da sociedade foi desafiadora dos limites da razão humana. Interessa-nos a discussão sobre a razoabilidade patémica (do *pathos*) da argumentação e da retórica, na medida em que nos permite uma vasta compreensão da importância da palavra na construção da cidadania, da liberdade de escolha e decisão, da assunção do sujeito como produtor de discurso, como *ser de paixões* que, vivendo em comunidade, vai criar e transformar os mundos, relacionais e comunicacionais. A paixão “infla as velas do barco, sem o que nós não poderíamos navegar” (Voltaire).

Palavras-chave: retórica, discurso patémico, razoabilidade, argumentação, cidadania.

A lição dos mestres

Para os mestres gregos a retórica e o seu estudo têm em vista a criação e elaboração de discursos com fins persuasivos. A retórica, arte que visa compreender, produzir e regular a persuasão, terá sido inventada na Antiguidade para responder à interrogação sobre os efeitos da persuasão. A retórica antiga, sector essencial do ensino e da cultura, portadora de um saber sobre a linguagem, oferece hoje, na hora dos *media*, chaves para abordar os problemas actuais da comunicação e do debate político, para pensar e discutir o que não é demonstrável mas o que é contingente, fluido, instável e polémico e carece de argumentação. A reflexão sobre a argumentação procede da retórica, essa “instituição” com mais de dois milénios de existência que definia a arte de persuadir pelo discurso. Mas a nossa época tem dificuldade em tirar partido dessa herança, banida que foi a retórica do campo da cultura moderna (Gilles Declercq em *Art d’Argumenter*, 1995).

* Professora da ESE do IPS, Departamento de Comunicação, Doutorada em Ciências da Comunicação pela UNL, FCSH, com uma tese sobre “A mediação retórica do aborto ou A Sublimidade de Antígona”.

Reduzida à arte de «bem dizer», perdeu o carácter de palavra persuasiva e tornou-se sinónimo de palavra oca e vã, criticada por ser superficial e pela sua ambiguidade ou frivolidade. O declínio da retórica foi brutalmente apoiado por escritores do romantismo, entre os quais Victor Hugo.

Je crierai dans la foudre et le vent:
Guerre à la Rhétorique et paix à la syntaxe!
Et tout quatre-vingt-treize éclata. Sur leur axe,
On vit trembler l'athos, l'ithos et le pathos.¹

Em Aristóteles, a retórica é a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir, ao contrário de outras artes e técnicas que são apenas instrutivas e persuasivas na área da sua competência, como por exemplo, a medicina sobre a saúde e a doença, ou a geometria sobre as questões que afectam as grandezas.

A retórica parece ter a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão. Pode usar-se a retórica para formar silogismos e teorizar sobre os caracteres, sobre as virtudes e sobre as paixões – sobre o que cada paixão é, quais as suas qualidades, que origem têm e como se produzem. A retórica “é como que o rebento da dialéctica e daquele saber prático sobre os caracteres a que é justo chamar a política [...], é, de facto, uma parte da dialéctica e a ela se assemelha” (*Retórica*, 1355 b: 48-50). Para Córax e Tísias, Górgias e Platão, a retórica quer dizer arte “geradora de persuasão”; Aristóteles define-a como “capaz de descobrir os meios de persuasão relativos a um assunto”; Hermágoras, como “a faculdade de falar bem no que concerne aos assuntos públicos”; e para Quintiliano a retórica é a ciência de bem falar.

Quando os antigos dizem que a retórica é a arte de bem falar, fazem-no na consciência de que, para se falar bem é necessário pensar bem, e de que o pensar bem pressupõe, não só ter ideias e, tê-las, lógica e esteticamente arrumadas, mas também ter um estilo de vida, um viver em conformidade com o que se crê. Arte de bem dizer, arte de persuadir, arte moral, eis os elementos implícitos ou explicitamente verificados em quase todas as definições de retórica. (Júnior 1998, p. 17)

Platão não tinha, de todo, esta ideia virtuosa da retórica e associava-a à sofística, à cozinha e à *toilette*, formas empíricas de adular o outro. No diálogo entre Sócrates e Górgias, afirma Górgias: A retórica, “na realidade, constitui o maior de todos os bens, proporcionando a quem a possui ao mesmo tempo liberdade para si próprio e domínio sobre os outros na cidade” (Platão, Górgias, p. 32); “é a capacidade de persuadir pela palavra os juízes no Tribunal, os senadores no Conselho, o povo na Assembleia, enfim, os participantes de qualquer espécie de reunião política. Com este poder, farás teus escravos o médico e o professor de ginástica, e até o grande financeiro chegará à conclusão de que arranjou o dinheiro não para ele, mas para ti, que sabes falar e que

¹ Victor Hugo. «Réponse à un acte d'accusation». *Méditations*, I Ed. Jean Gaudon, Le Livre de poche, p. 24 (citado em Declercq, 1995, p. 8).

persuades a multidão” (p. 33). Para Sócrates há duas retóricas: a boa, que é justa, e a má, que radica na injustiça; mas ela deve estar, “como qualquer outra coisa, sempre ao serviço do bem” (p. 213). Em Platão a retórica não é arte, é adulação, coisa vergonhosa. “Sustento que ela não é arte, mas uma actividade empírica, porque não tem na sua base um princípio racional que permita justificar as várias formas do seu procedimento no que respeita à sua natureza e às suas causas” (Platão, *Górgias* 465a).

Não ignoramos que a palavra *retórica* continua, na nossa linguagem corrente, a ser usada pejorativamente. Umhas vezes, significando “superficialidade, vazio, floreios ou florilégios”, outras vezes vista como indutora de “enganos, engodos, deturpações e manipulações”. Na política e nos *media*, reina o *pavor da retórica*, como bem diz Tito Cardoso e Cunha (1995). Emmanuelle Danblon reconhece que, nos nossos dias, o potencial de sedução contido na persuasão amedronta. Ao mesmo tempo que mete medo também fascina, porque, se enganadora ou manipuladora, a persuasão sedutora pode levar à destruição da razão e dos laços sociais. Diversos autores que a estudam nas suas origens da Antiguidade greco-romana têm essa consciência de uma retórica com duas faces que nem sempre são luminosas. Laurent Pernod é uma dessas autoridades²: “Contrariamente à opinião comum que associa a retórica à ideia de manipulação exercida sobre os espíritos, a retórica revelou-se na Antiguidade mais próxima do debate, da troca, e ligada ao direito de expressão, à busca da persuasão, à deliberação em comum” (2000, p. 265). Sem deixar de avaliar os excessos e os desvios da retórica que pontuaram em todas as épocas e regimes, Laurent Pernod enaltece-a e reconhece nela uma presença apaziguadora, quando se trata de resolução de conflitos. Sempre existiram discursos reveladores de “conflitos de interesses” e “relações de força” tempestivas, mais foi pela palavra e a negociação que tais conflitos se dirimiram e bastas vezes se evitaram violências. Em certas épocas houve regimes marcados pela *propaganda política e religiosa*, contudo, nem só de “slogans e terror” se fazia a retórica; ela deu também sentido à liberdade e deu os meios a quem a praticava, concretamente, “para melhor se servir da sua inteligência, da sua personalidade e do seu corpo, para defender o seu ponto de vista e comunicar as suas ideias” (*ibidem*, p. 266).

De facto, o sistema retórico foi-se construindo por etapas e impondo ao longo da história. Laurent Pernot (2000, pp. 283-301) desenha essa rede retórica, um sistema aberto com múltiplas ligações que nos servem na actualidade. Simplificando, recorde-se que desde a sua origem são partes da retórica a invenção, a disposição, a elocução, a memória e a acção, que, imbricadas, constituem a arquitectura de muitos discursos. De forma intrinsecamente ligados são os deveres do orador (ou do jornalista) de, simultaneamente, *docere* (informar), *delectare* (agradar, encantar) e *mouere* (mover os sentimentos, co-mover). Os discursos podem ser feitos segundo três géneros retóricos: o deliberativo, o judiciário e o epidíctico. Os *topoi* ou lugares relativos à argumentação estão na base do *lead* jornalístico: Quem? Quando? O quê? Como? Onde? Porquê? Como?, mas são um arsenal que serve sem limites o processo criativo e inovador. As rubricas

² Laurent Pernod é director do Centro de análise das retóricas religiosas da Antiguidade na Universidade de Estrasburgo e é um Autor consagrado de vários trabalhos sobre a retórica dos grandes clássicos na Antiguidade greco-romana.

relativas aos fins da retórica são a justiça, a utilidade, a legalidade, a beleza, a ética, a facilidade, a possibilidade. No que respeita ao estilo e ao uso das figuras, releva-se a correcção, a clareza, a conveniência, a ornamentação e os tropos, de que são exemplos a metáfora, a alegoria, a catacrese e muitas outras que foram entronizadas por Bernard Lamy (século XVI) e Fontannier (século XVIII), mas também fontes de encanto e persuasão. Por sua vez, a acção, oratória ligada à voz, ao movimento do corpo, ao gesto, à expressão do rosto e a memória, guarda um arquivo visual e anamnésico que todos temos, para sentir, lembrar e improvisar.

Podemos assim aperceber-nos das possibilidades de contaminação e irradiação desse sistema da retórica antiga, conjunto de redes articuladas pelo conjunto de enunciados justapostos, sobrepostos, engrenados, numa coerência enorme traduzindo “*une prodigieuse construction intellectuelle*” com fraccionamentos levados quase ao infinito. De facto, a arte da palavra não estiola porque é uma totalidade arborescente que muda e se altera com enorme capacidade de renovação e inovação.

Ligações aos mundos

Guillaume Vannier vê nesta teia a imagem reportada ao nosso tempo, relembrando que o seu labor não é uma questão do passado e que continua a ter um papel determinante na formação da cidadania, na formação de alguém que intervém e pensa, de maneira polida e justa (ou não remetesse ela para a *polis*, a “*politesse*”, a “*politeness*”).

Apesar das transformações por que passou a retórica antiga, a retórica manteve contudo uma unidade fundamental entre as suas componentes, que lhe garantiu a sua ligação à vida social e política. Laurent Pernod articula todas as facetas no seu sentido múltiplo. Ligados às “normas de pensamento e de escrita”, estão “uma participação nas formas de vida política e social”, “um sistema intelectual”, “uma problemática moral e filosófica”, “uma referência a modelos” e “uma representação por si própria da sua própria história” (Pernot, 2000: 265).

A retoricidade e a crítica retórica

O termo *retoricidade* é usado por Paul de Man como um traço que caracteriza todo o texto. É uma maneira de ler “entre as linhas”, um modo de ler que faz aflorar ao texto os valores implícitos que sustentam a argumentação.

Na Antiguidade, a crítica retórica incluía textos épicos, dramáticos, históricos e filosóficos. Quintiliano, por exemplo, considerou a *Ilíada* um texto retórico. Louvou os discursos de Homero pela sua eloquência e propôs a análise retórica dos mesmos. E, hoje, não obstante as resistências, é crescente a aplicação da hermenêutica retórica a campos tão diversos como a novela, o teatro, a filosofia, o direito, os escritos religiosos, jornalísticos e até científicos. Com a nova retórica, começou assim a emergir uma nova crítica literária; um sistema hermenêutico aberto de leitura que compele o intérprete a reflectir sobre as implicações da *retoricidade* do texto. (Júnior, 2004: 179-180)

A retoricidade está ligada às relações de poder e particularmente às articulações entre os diferentes poderes, é função de contextos, temporalidades, relações que se constroem e desconstroem ao longo dos tempos. O tempo, esse grande escultor, foi o nome dado a uma colecção de livros por Marguerite Yourcenar, para falar da dimensão estética do tempo que age em nós como instante e duração, presente e passado, permanente e fluxo, agora e eternidade. Tempo que sentimos, dizemos e lembramos. A paixão pelo tempo remete-nos para a nostalgia, para a memória, para a saudade. Remete para o passado mas sobretudo para o entrelaçamento de prospecção e retrospectão, do futuro e passado. Da memória nostálgica ou melancólica somos impelidos pelo entusiasmo. Uma nova articulação se desenha entre tempo e paixão entre razão e emoção.

A retórica: assuntos controversos e polémicos

O aborto e a sua discussão para a legalização é um assunto que tem desde os anos 70 constituído uma questão de grande controvérsia social e política. No âmbito da nossa tese de doutoramento fizemos uma alongada investigação sobre essa matéria. Celeste Condit, professora de Speech Communication na Universidade da Geórgia, estudou a controvérsia do aborto nos EUA e os mecanismos retóricos que levaram à mudança social da opinião pública sobre a questão da legalização. Consciente de que o termo «retórica» tinha conotações negativas (“empty deceit”), enfrentou o risco de ser mal percebida e explorou todas as virtualidades e potencialidades dos mecanismos retóricos e argumentativos capazes de suscitar as mudanças sociais no contexto social, ideológico e político, no domínio da linguagem. No seu livro *Decoding Abortion Rhetoric*, Celeste Condit assume a retórica como algo essencial à democracia, uma retórica persuasiva, que não se limita a esse lado “superficial” ou “vazio”, como é comumente tratada:

I use the word in the academic sense, to mean persuasion. Rhetoric is not necessarily bad; arguments can be either sound or unsound; styles of presentation, either attractive or unattractive. Moreover, rhetoric is essential to a democracy. (Condit, 1990, p. xii)

Condit aborda a retórica do nome, na sua trajetória histórico-política. Estuda as consequências que as mudanças do termo “aborto” foram sofrendo ao longo dos tempos nas práticas e nos conceitos, bem como na vida das pessoas e na ética de vida, que levaram a significativas mudanças sociais na forma de se encarar o assunto nos EUA. A retórica, como processo de argumentação e persuasão pública, exerceu a sua própria força sobre os processos sociais subjacentes, articulando-os. A autora conclui que o discurso público é um processo activo, inconstante, transformativo e não mera correia de transmissão (1990, p. 11).

Edward Schiappa,³ num texto intitulado “Analyzing argumentative discourse from a rhetorical perspective: defining ‘person’ and ‘human life’ in constitutional dispute

³ Schiappa é docente do Department of Speech Communication of University of Minnesota e um importante investigador da Retórica Antiga.

over abortion” (2000), analisa os argumentos produzidos no processo *Roe vs. Wade*⁴ relativos às definições dos conceitos “pessoa” e “vida humana” usados pelo Supremo Tribunal americano. Mostra como o Tribunal foi tomando uma posição gradualmente mais pragmática ou retórica, em matéria de definição dos termos, que foi crucial para o propósito de legislar sobre o aborto.

É com base no valor argumentativo da definição, no quadro da argumentação nesse julgamento, que Schiappa chama a atenção para o facto de que as definições acabam sempre por servir certos interesses porque as desigualdades existem entre quem tem ou não tem o poder de definir.

No que respeita a aspectos teóricos da retórica, Schiappa dá-nos uma nova interpretação das suas origens, segundo a qual o termo *Rhétoriké* teria surgido pela primeira vez em Platão (Górgias), embora os sofistas tivessem sido os seus precursores; o que significa que, nesta perspectiva, a disciplina deverá ser vista como um processo com uma pré-história, uma história interna própria e uma pós-história (Link, 2003).

Já Lakoff e Johnson⁵ tinham defendido que o nosso sistema conceptual, em grande medida metafórico, desempenha um papel determinante na definição das nossas realidades quotidianas. O valor argumentativo da definição, ela própria um argumento, fora realçado, em 1958, pelos pais da Nova Retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca, segundo os quais as definições de palavras não têm nunca um sentido unívoco e todo o uso argumentativo das definições supõe a possibilidade de definições múltiplas.

Coloca-se então também o problema da contingência da retórica e do seu uso. Edward Schiappa relaciona esta contingência com as questões do poder: “Quando chega a altura de definir a realidade que partilhamos, torna-se impossível fugir a questões de poder, interesses e contingências históricas” (Schiappa, 2000, p. 331).

Para o autor a grande maioria dos estudos sobre argumentação nos EUA é *informada* por uma perspectiva retórica, mas a análise retórica do discurso argumentativo é maioritariamente encarada como um conjunto de práticas sociais pouco exactas, e não como uma área específica, unificada e orientada por um forte consenso relativo a métodos e objectivos de investigação argumentativa. Contudo é interessante que reconheça que há mesmo assim um fio condutor que os identifica entre si, que é a crença de que o discurso persuasivo é epistémico, e como tal tem importância político-cultural⁶. Mesmo sobre controvérsias onde as emoções imperam, como é o caso do aborto, é possível sempre argumentar e problematizar com racionalidade, pelo que a intensidade das opiniões não nos pode levar a concluir, como muitos o fizeram, que o aborto é um assunto “sobre o qual não se pode ser racional” [Faux, 1988, in Schiappa (2000: 331)]. Para aquele autor, nesta controvérsia em torno do aborto, o conflito definicional pode

⁴ O caso *Roe vs. Wade* foi decisivo para a legalização do aborto, em 1973, nos EUA.

⁵ Nomeadamente no seu trabalho *Metáforas de la vida cotidiana*.

⁶ “The three claims I offer can be summarized as the following: 1) the vast majority of argumentation studies in United States is informed by a rhetorical perspective; 2) ‘rhetorical analysis of argumentative discourse’ in the U.S. is best understood as a loosely-related set of social practices rather than a unified speciality guided by a strong consensus concerning methods and purposes of argumentation research; and 3) the closest to a common thread I can identify in such research is the belief that persuasive discourse is epistemic and thus has cultural-political significance” (Schiappa, 2000: 315).

ser particularmente volátil se comparado com a maioria das questões que envolvem situações definicionais, mas a intensidade das opiniões envolvidas ajuda a pôr em evidência as dimensões pragmáticas da definição que são comuns a outros conflitos definicionais – não só em meios jurídicos, mas em qualquer meio no qual novas definições são apresentadas e debatidas como propostas para futura utilização. Podemos retirar deste significativo estudo que, mesmo em temas emocionalmente fortes, “é possível sempre argumentar e problematizar com racionalidade”, ainda que o termo “racionalidade” tenha que ser encarado mais no sentido de uma racionalidade discursiva argumentada, como Perelman e Toulmin advogam. Não podemos deixar de referir a importância da retórica dos afectos e das emoções, fundamental para a inteligibilidade dos discursos. A retórica do corpo, dos gestos, dos ritmos reporta-nos para toda uma interrogação sobre a racionalidade dos afectos e a estetização da comunicação. Para o efeito, há que encarar a reabilitação da *retórica total*, proposta por Barthes em 1973, e recuperar a possibilidade da *actio* e da *memoria*. Não há duas retóricas, mas matizes retóricos múltiplos correspondentes a uma “ampla paisagem interdiscursiva”⁷ dos diferentes campos discursivos que entretecem discórdias e consensualidades.

A argumentação como comunicação

A retórica e a argumentação, no âmbito das Teorias da Argumentação e da Comunicação, devem ser vistas como arte, ciência e técnica para tratar, problematizar, discutir e decidir – através da palavra e não da violência – os assuntos civis e políticos polémicos que se preocupam com a resolução de problemas respeitantes aos humanos, desde os primórdios civilizacionais, num ambiente de abertura democrática e de tolerância pluralista, tendentes à instauração de relações de cidadania, igualitárias e justas, entre as pessoas.

A natureza da argumentação opõe-se à demonstração. A demonstração só se faz quando se tem certezas. Não se argumenta nem se discute, por exemplo quando chove, porque o cair da chuva é evidente. Não se discutem proposições do tipo “a neve é branca”, mas discute-se a utilidade de uma lei ou validade de uma norma. O domínio da argumentação é o da opinião e do verosímil. A argumentação trata de defender e justificar teses. A argumentação visa a persuasão e busca a adesão dos espíritos. Na argumentação, argumenta-se sempre para alguém que, por seu turno, nos reenvia mensagens. Implica um relacionamento onde o Outro conta e conta sempre. Esse Outro é o auditório universal, tese determinante em Chaïm Perelman, que veio recolocar a retórica em toda a sua dimensão aristotélica e demonstrar a sua ligação, estrutural e histórica, às instituições da democracia.

O orador (*ethos*), o discurso (*logos*) e o auditório (*pathos*) são a trilogia indispensável ao conhecimento do terreno que pisamos e à comunicação. Perelman, que retoma da retórica antiga esta virtualidade do auditório universal, considera determinante o conhecimento do auditório para que haja comunicação. Acresce que a cultura de um certo meio “poderá ser caracterizada pelas suas opiniões dominantes, pelas suas convic-

⁷ José Augusto Mourão, 2000, p. 289.

ções indiscutíveis, pelas premissas que admite sem hesitar [...]. A cultura de um dado auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de maneira tal que é, em larga medida, dos próprios discursos que nos cremos autorizados a tirar alguma informação sobre as civilizações revoltas” (Perelman, Olbrechts-Tyteca, 1983, p. 27). Perelman, que se reclama de uma retórica jurídica, orientada para a acção, tem a noção de que a argumentação desempenha um papel fundamental para regular acções humanas. Os argumentos agem em função dos contextos e da situação argumentativa.

Para uma visão contemporânea da retórica

Um dos eixos deste trabalho é também acentuar a actualidade da retórica, nas suas diversas componentes. A retórica foi excluída do ensino e eclipsou-se⁸, no fim do século XIX, naquilo que foi o seu confronto com o espírito científico positivista nascente da época, quer em França quer na Itália, Alemanha ou Grã-Bretanha, e também em Portugal, onde os seus expoentes tinham sido Padre António Vieira e Luís António Verney. Com Perelman houve como que uma **revitalização da retórica**, também para uma estratégia de formação para o Conhecimento. Segundo Antoine Compagnon (1999), esta reabilitação da retórica teve efeitos numerosos em várias instituições, nomeadamente ligadas ao ensino. «“Tout est rhétorique” paraît l’adage du monde moderne», o que quer dizer que reina a verosimilhança e não mais a verdade. “La rhétorique est actuelle; les publications qui s’en réclament sont abondantes; elle a largement reconquis ses lettres de noblesse” (Compagnon, 1999a, p. 1263).

Para Antoine Compagnon, o processo feito à retórica é antes de tudo um processo político⁹. O debate sobre a sofística grega, como filosofia da retórica, no fim do século XIX, foi, acima de tudo, um debate sobre a política contemporânea, sobre o lugar da cultura e da ciência na formação do cidadão (1986, p. 169). Os sofistas eram taxados de individualistas e de frívolos quando se pretendia um ensino de virtudes públicas e privadas. Foi um debate que se reportou à questão essencial da época, sobre o sufrágio universal e a soberania popular que, segundo o adágio *vox populi, vox Dei*, foi fundadora da legitimidade democrática. Para Compagnon, a retórica é inequivocamente indissociável da democracia, e a política é um atributo de todos os humanos, necessário à discussão dos assuntos da cidade (Compagnon, 1986; 1999a; b; c).

Retórica mediática e mediatizada

António Fidalgo e Ivone Ferreira (2005) fazem a distinção entre *retórica mediática*, aquela que os meios de comunicação usam para os seus fins, e *retórica mediatizada* (que será pouco estudada entre nós), que é aquela que advém, ou emerge, das modificações que os meios de comunicação operam nos processos persuasivos. Deixam o estimulante

⁸ Conforme artigos de A. Compagnon publicados em *Histoire de la rhétorique dans l’Europe moderne*, coordenada por Marc Fumaroli, 1999.

⁹ Esta questão é desenvolvida no artigo *Martyre et résurrection de Sainte Rhétorique* (Compagnon, 1986: 157-172).

desafio de se dever “analisar os meios e as estratégias de persuasão que mais e mais reestruturam a nossa sociedade mediática e que pervadem quase todas as esferas da vida pública” (*ibidem*: 159), com a noção de que “a persuasão, numa sociedade mediatizada, de múltiplos públicos, decorre mais em estratégias continuadas de persuasão do que em actos pontuais”. Dito de outro modo, “a persuasão deixa de ser um processo situado num determinado contexto para se disseminar por toda a vida de uma sociedade de informação” (Fidalgo, Ferreira, 2005: 159). São vários os autores que questionam a trilogia da retórica clássica, nos seus géneros deliberativo, epidíctico e judiciário, as suas provas ou as suas técnicas e põem em causa uma tão estrita compartimentação e delimitação, considerando que o que se passa é que há uma verdadeira contaminação dos géneros. E as interrogações nascem não só pelo lado dos meios que a retórica utiliza, como dos auditórios a que se destina e, evidentemente, também da cultura em que todos se movimentam, formada pelos *media*, pelas máquinas e pelos humanos. Emmanuelle Danblon (2005) acrescenta aos clássicos géneros aristotélicos do deliberativo, forense e epidíctico um novo género retórico, a que chama *género mediático*. Género que nasce com os *media* e caracteriza um discurso que, na sua expressão, é “nécessairement une mise-en-scène”. É comum entender-se que na sociedade actual o desencantamento e a passividade se apoderaram dos públicos que se tornaram meros espectadores, sem qualquer controlo sobre a sociedade. Nesta sociedade, transformada pelos *media* em cena mediática, o que importaria no plano retórico seria levar a recepção (o auditório) a distinguir as numerosas actividades da razão prática, a começar pela retórica, das actividades ficcionadas mesmo quando as fronteiras são ténues e nebulosas. No dizer de E. Danblon (2005: 199), importa “estabelecer as fronteiras com a ficção”.

No campo da cibercultura, José Augusto Mourão (2005) problematiza, quanto ao hipertexto, a natureza dos auditórios na sua relação com o autor, pondo *em equação* os novos *media* interactivos como novos suportes para uma nova retórica. As alterações suscitadas pelas tecnologias interactivas e o hipertexto vieram alterar profundamente a relação escritor-leitor e, ao mesmo tempo, a relação do autor com o próprio texto. O hipertexto é um texto não-linear, fragmentado, que obriga a pensar por “bocados” mais do que por parágrafos ou linhas contínuas e, por isso mesmo, a retórica antiga não pode deixar de pensar as mutações que a emergente retórica electrónica introduz.

Na era da web, a retórica pode ter um lugar criador e de invenção:

“the Web, for rhetoricians, is a space for the production of abundant textual objects that, having been constructed by humans in particular local situations, manifest particular positionalities and are intended to be objects of attention or persuasion. If the task of designing effective search engines for the undisciplined abundance of the Web forces us, as Lanham says, to find new rules, to think in terms of attention structures rather than content, then rhetoric should be the art by which we invent those new rules” (Juby, 1997).

Lionel Bellenger (1992: 69) distingue os conceitos de persuasão, sedução, propaganda e sugestão. A persuasão envolve múltiplos riscos, na medida em que reenvia para valores como a liberdade e ao mesmo tempo para a democracia, portadores de fundamentos civilizacionais. Bellenger autonomiza o conceito de persuasão mediática.

Ele entende a persuasão mediática como uma necessidade de propaganda, banalização e vulgarização que corresponde aos interesses de uniformização e formatação das pessoas: «Les médias exercent subrepticement un rôle de persuasion dans l’orbite d’un intérêt général mal défini. La rhétorique médiatique vise à un balisage, une structuration des mentalités pour que “tout le monde croie à la même chose”».

A assimilação da retórica ao marketing tem acentuado, negativamente, o seu lado de persuasão enganadora e superficial. O interesse da nova retórica para a publicidade não deixa de ser enaltecido por uns, que a ela se dedicam, evocando contudo sentimentos de repulsa naqueles que vêm o marketing como se de uma arte menor se tratasse. A retórica publicitária põe o auditório numa atitude de submissão perante a execução de um gesto e de uma ordem, ao jogar sobre o sentimento. Esta perspectiva que Górgias desenvolve em *Elogio de Helena* não corresponde à ideia de Perelman sobre a Nova Retórica, cuja questão central é a liberdade de pensamento, pensada a partir de uma racionalidade prática da argumentação, posição intransigentemente defendida pelo filósofo e jurista belga Guillaume Vannier que, tal como Perelman, sustenta que só uma retórica argumentada pode ser **racional e justa**.

De facto, Górgias apresentava a persuasão como uma arma e como um constrangimento e Perelman rejeita a ideia da submissão total do auditório à execução do que se lhe ordena: «il ne faut pas toujours, au risque de la déconsidérer indûment, définir la rhétorique exclusivement comme un procédé qui vise la propagande et les masses. Je crois que nous ne pouvons pas, non seulement discuter avec autrui, mais même nous engager dans une délibération intime, sans utiliser l’argumentation»¹⁰.

O que significa que Perelman recusa esta forma de persuasão e reivindica uma retórica da argumentação que vise não a eficácia da obediência, mas a eficácia do **raciocínio prático**, que não espera do auditório que se mexa docilmente mas, ao contrário, que reflecta nos seus actos, nas suas razões e fins. É neste sentido que o jornalista ou comentador, bem como todo aquele que produz um texto, cria persuasão, seja instruindo, agradando ou comovendo (*docere, delectare, movere*). Como dizia Górgias, no *Elogio de Helena*, “de entre os discursos, uns há que inquietam, outros que encantam, outros que atemorizam, outros que incutem coragem no auditório, outros ainda que, mediante uma funesta persuasão, envenenam e enfeitiçam o espírito” (Górgias: 45).

Bellenger admite que a persuasão não se exerce só na adversidade, que é fruto de convívências e reciprocidades. Persuadir é «prendre conscience de la topographie des opinions et de ce qui les sous-tend : on ne cause pas de la même manière, on ne persuade pas de la même façon un chauffeur de taxi parisien, un ouvrier de chez Renault, un intellectuel bordelais et sa concierge. Persuader interpelle les croyances, c’est un acte total... d’autant plus forte que l’intention de persuader n’est pas déclarée» (Bellenger, 1992: 90). Partindo destas premissas, o autor postula que a persuasão nem sempre é declaradamente consciente e interpela crenças e sentimentos. Mas percebe-se qual a influência que exerce sobre outrem, da mesma forma que é possível perceber a topografia das opiniões e o que elas subentendem.

¹⁰ In Perelman, *Les Cadres sociaux de l’argumentation*, 1969, p. 380, referido em (Vannier, 2001).

A persuasão e a influência dos *media*

Lorenzo Gomis (1997) defende que os jornais e os *media* são a arena onde lutam os produtores de factos para influenciar o público. Estaremos, porém, longe de conhecer o impacte verdadeiro da informação sobre a opinião pública. O discurso mediático inscreve-se, é certo, num quadro pragmático de acção e influência, mas também, como subscreve Patrick Charaudeau (2005), é apenas legítimo fazer algumas observações empíricas, porque seria ilusório pensar que a instância mediática é capaz de controlar a totalidade dos efeitos que saem da máquina de informação, embora alguns estudos já permitam dar conta da influência circular da instância mediática. Gomis reconhece que os *media* nos dão uma constelação de factos que não se desvanecem quando difundidos: impressionam, dão que pensar, suscitam comentários e propagam-se nas conversas. Também McQuail afirma a existência de algum efeito dos *media* nas massas, embora reconheça que a diferença, o grau, a durabilidade e a previsibilidade dos efeitos são incertos e não pode haver generalização (2003: 453)¹¹. O conceito de *mediação* seria mais adequado para designar uma mediação generalizada, estimuladora de uma “interacção mediada” entre os indivíduos e a sociedade.

A retórica e as estratégias discursivas no jornal

Maurice Mouillaud, no texto sobre as estratégias da imprensa no julgamento de Bobigny abre o caminho para a retórica persuasiva no jornalismo, na qual o leitor conta, e conta sempre. Concebe o jornal como uma malha retórica, tecida como jogo de relações e articulações entre o texto e o suporte material, entre o texto e o tempo, entre o tempo e o espaço, com óbvios efeitos retóricos. “Tendo em vista a imprensa quotidiana, deveríamos falar de uma dupla simbólica, na medida em que a retórica do discurso se dobra na retórica da página impressa que o suporta; os enunciados incrustam-se numa geografia e numa física que se podem descrever em termos de percursos e de intensidades; esta retórica do suporte constitui um nível de articulação própria em relação ao nível discursivo [...]” (Mouillaud, 1979: 184). Neste sentido, os efeitos retóricos resultam de estratégias da comunicação dos próprios jornais que se aproveitam da retórica com o objectivo de atrair para a leitura, atrair para a venda, gerar plataformas de entendimento e de comunhão entre os leitores, ainda que recorrendo ao conflito e à polémica¹². Sabendo que a instância mediática nos impõe uma certa visão do mundo, e que a persuasão mediática nos permite problematizar, pensar, discutir, desençar teias

¹¹ Ver também as abordagens construtivistas (pp. 426-427), segundo as quais os *media* “constroem” formações sociais e mesmo a própria história, ao fixarem imagens da realidade (McQuail, 2003). De referir, porém, que estas perspectivas merecem as maiores críticas de outras correntes. De entre os comunicólogos ligados à argumentação, são expressivas as críticas de Gauthier (2004b), que, numa referência expressa a Bernard Delforce, critica o construtivismo nestes termos: «Le constructivisme relève davantage d’une nébuleuse que d’une théorie bien identifiable». Em sua opinião, ver o jornalismo como construtor da realidade levanta as questões cruciais do jornalismo que gravitam em torno das tensões das relações da objectividade/subjectividade e da accionalidade/ideologia.

¹² No caso de assuntos polémicos, ditos fracturantes, como o do aborto, há estudos que comprovam que os *media* reproduzem o sentido do discurso ideológico dominante. Neste quadro, reportamo-nos concretamente aos trabalhos de Abranches e Ferreira (1986), Jacquemin (1989) e Massé (2000).

desse mesmo mundo social mediatizado, postulamos que, na intertextualidade discursiva, suas conexões, margens e derivas argumentativas, se encontram os fragmentos para a sua influência persuasiva.

Segundo Patrick Charaudeau (2005: 93-94), a **comunicação mediática** realiza-se num duplo processo de transformação e de transacção do acontecimento. O facto “bruto” será transformado na instância mediática de acordo com o que ela pensa ser o quadro de recepção, que por sua vez reinterpreta à sua maneira. Este duplo processo de interpretação, de construção e de reinterpretação do acontecimento faz-se sob um “contrato de comunicação mediática” que vai orientando as operações em cada fase do processo. Será então o contrato de comunicação mediática que engendra um espaço público de informação e é no seu próprio contexto que se constrói a opinião pública (p. 94).

Não é pouco importante para compreender a **trama da persuasão** ter em conta de novo as palavras de Chaïm Perelman: “Querer persuadir um auditor significa, antes de mais, reconhecer-lhe as capacidades e as qualidades de um ser com o qual a comunicação é possível e, em seguida, renunciar a dar-lhe ordens que exprimam uma simples relação de força, antes procurando ganhar a sua adesão intelectual [...]. O discurso argumentativo não é um monólogo onde não existe qualquer preocupação em relação aos outros. [...] Querer persuadir alguém é, à partida, não partir do princípio de que tudo o que se irá dizer é aceite como a ‘palavra do Evangelho’” (Perelman, 1987: 235).

Enquanto a demonstração é independente de qualquer sujeito, porque um cálculo pode ser feito por uma máquina, na argumentação exige-se que se estabeleça um contacto entre “o orador que deseja convencer e o auditório disposto a escutar”. É pois nessa troca, prévia a qualquer argumentação, que reside o sucesso da comunicação, do diálogo, da discussão, de toda a argumentação, no seu propósito de “exercer uma acção qualquer sobre o auditório” ou “incitar à acção imediata ou pelo menos predispor a uma acção eventual”.

A ideia de que o jornal exerce uma acção sobre o leitor, no sentido em que Perelman insistentemente repete, também a encontramos em Joaquim Fidalgo (2004), e a esta acção chamamos, justamente persuasão, ainda que muitas vezes o texto jornalístico comporte narrativas, histórias e dados que relevam primeiramente da informação. Fidalgo é sensível ao dualismo radical que tolda o pensamento contemporâneo e chama a atenção para o facto de que as realidades reportadas nos jornais não se reduzem ao simples “preto ou branco” e aparecem “cheias de tons de cinzentos” (p. 62), ao mesmo tempo que reconhece a força persuasiva do jornal para criar imagens e visões do mundo e da vida. Como ele diz:

Um jornal não deve ignorar ou escamotear a razoável **influência** que exerce sobre a nossa convivência em sociedade, sobre hábitos e esquemas mentais que se auto-alimentam, sobre palavras e expressões que subliminarmente se reproduzem, sobre estereótipos e preconceitos que perpetuam modos de ver o mundo automáticos e acríticos [...] os meios de comunicação social, acompanhando-nos (ou conduzindo-nos) diariamente na “leitura” de um mundo complexo e vário, são também responsáveis pela ideia que desse mundo vamos fazendo e pelos modos como o vamos, ou não, conhecendo melhor, modificando e construindo. (*ibidem*: 109)

Perelman questionou a racionalidade da instituição judiciária na Europa do pós-guerra. Os métodos de raciocínio da lógica formal pareciam-lhe desadequados, no domínio necessariamente aproximativo e movediço dos juízos de valor que a justiça tratava. Considerava os métodos de argumentação retórica mais apropriados para definir as condições da persuasão face a auditórios contingentes, impuros ou animados de paixões humanas e de preconceitos ou sobre assuntos não susceptíveis de demonstração sem réplica. Tais métodos de argumentação retórica, assentes numa leitura transversal e transdisciplinar das próprias técnicas argumentativas, parecem-nos ajustados para o domínio dos discursos mediatizados que constituem o nosso corpus, cujos fins persuasivos são bem complexos e multifacetados.

Laurent Pernot (2000) designa a retórica, teoria do discurso persuasivo e argumentativo, como uma metodologia moderna, porque *descompartimentada*, que permite, acima de tudo, afastar barreiras tradicionais entre disciplinas e entre os períodos históricos e apela, ao mesmo tempo, à história dos textos, à história literária, à história simplesmente. Parece-nos de grande relevância epistemológica, nos dias de hoje. Ainda que o olhar sobre o presente, epicológico, se revele pertinente e fecundo, ele só será inteligível se radicado no passado e na experiência dos debates anteriores.

Parafraseando Paul Ricoeur (2000), ninguém poderá privar a opinião pública de conhecer as dissensões e marcas do passado. De acordo com Susan Sontag, “Não podemos prescindir do passado porque nele vertemos a nossa vida, a nossa sabedoria, as nossas recordações, a nossa tristeza, o nosso sentido da realidade”.

Acrescentaríamos duas notas para contemplar as preocupações contemporâneas. Uma, para integrar no auditório de que falamos, a noção de *auditório universal* de Kevin Vanhoozer¹³, que alarga o conceito de auditório universal de Perelman, não só em termos numéricos, mas também em termos geográficos e temporais, como se impõe na sociedade mediática e sua profusa rede de auto-estradas da informação; outra, para a indispensável noção de *auditório fragmentado*, próprio à *ágora* electrónica, porquanto passámos, em simultâneo, para auditórios muito mais restritos e especializados, devido à propagação das tecnologias por cabo e aos satélites de difusão directa. Com a especialização da programação gerou-se uma “fragmentação” nos auditórios, que faz todo o sentido ser incorporado na retórica contemporânea, sem minimização de quaisquer auditórios (públicos) ainda que minoritários.

Para o ensino da argumentação e da retórica

O Professor Martinez Vallvey, da Universidade de Salamanca, dá-nos uma preciosa resenha em *Nuevos caminos para la enseñanza del periodismo argumentativo* (Vallvey Martinez, 2002) que releva o interesse crescente em Espanha pelo jornalismo argumentativo. A queda e o desinteresse do ensino do jornalismo argumentativo, e particularmente do editorial, ao longo dos anos, devem-se na opinião deste catedrático ao lugar que o editorial ocupa na própria empresa, que faz com que hoje poucos jornalistas lhe acedam:

¹³ Citado em (Júnior, 2004).

Los llamados editoriales son anónimos e interpretan el pensamiento de la empresa [, ao contrário do jornalismo] de finales del siglo XIX, la solemnidad de los artículos de fondo se imponía. Editoriales sonoros, retumbantes, que llenaban las primeras columnas y marchaban al compás de la oratoria, como el redoble de un tambor. Hoy nos hablan con la media voz de un comentario de cátedra, con la ponderación precisa de un filósofo de la historia. Relacionan los hechos aislados, determinan sus causas y efectos, penetran en la opinión ciudadana y deducen leyes y normas de acción. Los editoriales opinan sobre los graves problemas que afectan a la nación, y encauzan las aspiraciones de grandes sectores, en beneficio del interés común.¹⁴

Gilles Gauthier, da Universidade de Laval, estabelece este laço íntimo entre argumentação, comunicação mediática e persuasão, demonstrando que o editorial, a par de outras formas de discurso público que perseguem objetivos de persuasão, tem um conteúdo argumentativo (Gauthier, 2001; 2002a; 2004a): «La persuasion n'est pas une visée libre; elle prend pour cible ceux à qui l'argument est adressé. Parce qu'elle s'inscrit dans un cadre de débat, l'argumentation ne se déploie pas sur ce qui est définitivement établi ou reconnu tel mais sur du possible non encore tranché. C'est là le sens de l'opposition du vraisemblable argumentatif à la nécessité de la démonstration mathématique de Descartes faite par Perelman et Olbrechts-Tyteca» (Gauthier, 2002a). Por argumento entende, muito simplesmente, “a articulação de uma proposição com a sua justificação”, e argumentar, de acordo com esta definição, “é avançar um certo ponto de vista apoiando-o em algum fundamento. O ponto de vista avançado é a proposição enquanto o fundamento é feito da justificação ou das justificações”. A opinião é então definida como “uma proposição órfã, sem ligação a uma justificação” (Gauthier, 2004a). Gilles Gauthier (*ibidem*) insiste no carácter paradoxal da sociedade contemporânea, que aceita a ligeireza e o moralismo nos debates que se travam na esfera pública e nomeadamente neste tipo de textos. A sua preocupação vai no sentido de demonstrar que quanto mais pronunciado é o afastamento entre argumentos e opiniões num espaço público, menos importante é a sua capacidade de deliberação, de reflexão e de provocar o debate. Ao contrário, a opinião é uma âncora particularmente propícia ao moralismo, entendido no sentido de uma perversão ética, enquanto as proposições tomam facilmente a forma de estereótipos e clichés se não forem apoiadas em justificações.

Tanto para Platão e Sócrates como para Aristóteles ou Cícero, o *officium oratoris* é a persuasão, ou em todos os domínios da actividade humana, ou pelo menos nos da oratória política e forense. Com Perelman, o domínio da argumentação passa a ser o da opinião, do verosímil, do plausível, do provável, na medida em que escapa às certezas do cálculo matemático. A opinião foi durante muito tempo uma forma inferior de conhecimento, marcada pelo relativismo e sempre denunciada como falsa ou, pelo menos, frágil e inconstante. Platão opunha-a tanto à ciência como ao pensamento rigorosamente racional, mas Aristóteles não considerou a opinião uma simples sombra da existência.

¹⁴ Alonso, Martín, 1979, citado em Martínez Vallvey, 2002.

A argumentação, segundo Perelman, trata de defender teses perante um auditório a quem pede assentimento. Neste sentido, visa a persuasão e busca a adesão dos espíritos, o que acontece, com intensidades variáveis e em função dos outros, que são os auditórios. Argumenta-se sempre para alguém que, por seu turno, nos reenvia mensagens e tem-se em conta, conceptualmente, entenda-se, um auditório universal. Esta é a tese determinante em Chaïm Perelman, que assim recolocou a retórica em toda a sua dimensão aristotélica para restabelecer a sua ligação, estrutural e histórica, às instituições da democracia. Num contexto de uma democracia argumentada, a argumentação será uma retórica voltada para os outros, com reconhecimento das suas possibilidades e competências.

Perelman retoma da retórica antiga a virtualidade do auditório universal, uma vez que considera determinante o conhecimento do auditório para que haja comunicação. Acresce que a cultura de um certo meio “poderá ser caracterizada pelas suas opiniões dominantes, pelas suas convicções indiscutíveis, pelas premissas que admite sem hesitar [...]. A cultura de um dado auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados, de maneira tal que é, em larga medida, dos próprios discursos que nos cremos autorizados a tirar alguma informação sobre as civilizações revoltas” (Perelman, Olbrechts-Tyteca, 1983: 27).

A retórica é uma problematologia. Como diz Michel Meyer (2005), o que faz o afrontamento dos pontos de vista e motiva a discussão são, exactamente, as diferenças de opinião entre as pessoas, diferenças que se podem tornar diferendos. “A natureza humana tem a sua raiz na problematicidade¹⁵ da História, e é inelutável que os homens tenham desejos e paixões que diferem, e em certos momentos, até os opõem. Mas por vezes, eles apenas exprimem as diferenças, sem debate, sem confronto, apenas numa troca de pontos de vista, o que também faz parte da retórica” (Meyer, 2005: 82).

Com Nietzsche, a persuasão passou a ser vista como acção da linguagem sobre a *doxa*.

Tal como a retórica durante séculos foi acompanhando as correntes de pensamento, dominante ou das margens, também qualquer discurso hoje só pode apreender a complexidade dos problemas da sociedade contemporânea e dos seus complexos recursos se se abrirem horizontes para uma “retórica alargada”. “Rhétorique élargie” é a designação dada por Lempereur (1990: 152) para recusar tanto uma retórica literária restrita às figuras como uma restrita retórica jurídica em que o juiz onnipotente dirige o conflito. Lempereur propõe que, a todo o domínio susceptível de debate, se aplique o pluralismo de opiniões e de soluções e nunca respostas únicas e indiscutíveis. A unidade da retórica está em recusar que alguma coisa esteja fora de questão e seja inquestionável (*ibidem*: 154).

Em síntese diremos que, neste tempo de incertezas, numa sociedade “transbordante de sentidos” o uso de uma metodologia aberta e descompartmentada, como se revela

¹⁵ “Problematividade” é um termo de Michel Meyer que ele próprio define como “o carácter problemático, de colocação em questão, possível ou evidente, das coisas e das respostas que se encontra afirmado ou sublinhado por esta ideia. O problemático é o que está assim em questão” (Meyer, 2005, p. 118).

ser a retórica argumentada, pode ser bem interessante, na medida em que permite a qualquer um, livre e responsabilmente, discutir, num processo de razoamento discursivo e de trocas argumentativas, como sujeito de razão e paixão, fazer escolhas e decidir sobre matérias versáteis mas complexas.

Bibliografia

- AA.VV. (2004). *Perelman – Le renouveau de la rhétorique* (org. Michel Meyer), Paris: PUF.
- Aristóteles (1998). *Retórica*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Aristóteles (1998). *Política*, Lisboa: Vega.
- Compagnon, Antoine (1986). *Martyre et résurrection de sainte rhétorique. Le plaisir de parler*, B. Cassin. Paris: Minuit, 157-172.
- Compagnon, Antoine (1999). ‘La rhétorique à la fin du XIXème siècle’. *Histoire de la rhétorique dans l’Europe moderne*, M. Fumaroli, Paris: PUF, 1215-1260.
- Condit, Celeste Michelle (1990). *Decoding Abortion Rhetoric. Communicating social change*, Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Danblon, Emmanuelle (2004). *Argumenter en démocratie*, Bruxelles: Labor.
- Danblon, Emmanuelle (2005). *La Fonction persuasive*, Paris: Armand Colin.
- Declercq, Gilles (1995). *L’Art d’argumenter. Structures rhétoriques littéraires*. Paris: Editions Universitaires.
- Gauthier, Gilles (2004). ‘Journalisme et réalité : l’argument constructiviste’, *Communication & Langages* (139): 17-25.
- Gauthier, Gilles (2004). ‘Argumentation et opinion dans la prise de position éditoriale’ (texto facultado pelo autor).
- Juby, Dianne L. (1997). *Rhetoric in the age of the World Wide Web*, www.ou.edu/cas/english/agora/dianne.html.
- Júnior, Manuel Alexandre (1990). *Argumentação Retórica em Fílon de Alexandria*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Júnior, Manuel Alexandre (2004). *Hermenêutica Retórica*, Lisboa: Alcalá.
- Lempereur, Alain (1990). *Les Restrictions des deux néo-rhétoriques. Figures et conflits rhétoriques*, M. Meyer et A. Lempereur: 139-158.
- Lorenzo, Gomis (1997). *Teoría del periodismo*, Barcelona: Paidós.
- Meyer, Michel (org.) (2004). *Perelman – Le renouveau de la rhétorique*, Paris: PUF.
- Mouillaud, Maurice (1979). *Rhétoriques et stratégies: L’Aurore, L’Humanité, France-Soir. Stratégies de la presse et du droit*, Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 183-212.
- Perelman, Chaïm e Olbrechts-Tyteca, Lucie (1983). *Traité de l’argumentation. La nouvelle rhétorique*, Bruxelles: Éditions de l’Université de Bruxelles (1.ª edição 1958).
- Pernot, Laurent (2000). *La Rhétorique dans l’Antiquité*, Paris: Librairie Générale Française.
- Platão (1991). *Górgias*, Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, Paul (2000). *La Mémoire, l’histoire, l’oubli*, Paris: Seuil.
- Schiappa, Edward (1999). *The beginnings of rhetorical theory in classical Greece*, New Haven: Yale University Press.
- Schiappa, Edward (2000). Analyzing argumentative discourse from a rhetorical perspective: defining ‘person’ and ‘human life’ in constitutional disputes over abortion”, *Argumentation* 14: 315-332.
- Vallvey Martinez, Fernando (2002). “Nuevos caminos para la enseñanza del periodismo argumentativo”, *Anàlisi* 29: 213-326.
- Vannier, Guillaume (2001). *Argumentation et Droit*, Paris: PUF.